



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº XX/2016
SEI nº 0050012-30.2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766-87, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e o Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade nº XXXXXX, SSP/XX e do CPF nº XXXXXXXX, doravante denominado(a) CONTRATADO(A), celebram o presente instrumento, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o Edital do Pregão Presencial nº 01/2016, seus anexos e os termos da proposta apresentada, originados no Processo Eletrônico SEI nº 00500012-30.2014, mais as cláusulas e condições adiante descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a contratação dos serviços de músico regente para reger o coral do TRE/TO, nos termos das especificações e condições constantes do Termo de Referência (Anexo I do Pregão Presencial nº 01 /2016).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços de músico regente compreendendo as seguintes atividades:

- a) Promover a regência do Coral.
- b) Desenvolver a técnica vocal.
- c) Programar e executar o ensaio geral do Coral.
- d) Programar e executar ensaio individual ou em grupos menores daqueles que apresentarem maior dificuldade de aprendizado.
- e) Programar e executar ensaio individual de solistas, quando necessário.
- f) Escolher repertório, com aprovação dos integrantes do Coral.
- g) Planejar as aulas.
- h) Disponibilizar partituras, cifras e letras, de preferência já digitadas em computador.
- i) Participar do planejamento de atividades de apresentações do grupo.
- j) Fazer o acompanhamento e regência das apresentações internas e externas do coral.
- k) Apresentar mensalmente relatório das atividades do coral.
- l) Estimular a integração dos envolvidos nesta atividade.
- m) Acompanhar as apresentações do Coral.
- n) Comparecer, sempre que convocado, ao Tribunal, independente dos horários dos ensaios regulares, para tratar de assuntos relativos às apresentações do Coral, mediante agendamento prévio entre as partes.

2.2 A execução dos trabalhos deverá observar o seguinte:

- a) Os ensaios ocorrerão 2 (duas) vezes por semana, com duração de 1(uma) hora cada, em dia/horário a ser definido pelo Tribunal.
- b) O regente e o gestor do contrato ficarão responsáveis pela programação das eventuais apresentações internas e externas, informando, com antecedência aos integrantes do coral, os respectivos horários e locais dos eventos.
- c) O quantitativo de horas estimadas neste Termo de Referência refere-se à efetiva execução dos serviços, incluindo ensaios individuais e em grupo, devendo a contratada apresentar-se devidamente preparada para a realização dos ensaios do Coral.
- d) À contratada será devido o pagamento pelas horas relativas à participação em apresentações internas e externas do Coral, que será do mesmo valor da hora paga a título de ensaio.
- e) Para o período de recesso regimental e/ou feriados, quando possível e a critério da administração, os ensaios deverão ser antecipados como forma de compensação.
- f) Os ensaios serão desenvolvidos ordinariamente nas instalações do Tribunal Regional Eleitoral, localizado na Quadra 202 Norte, Avenida Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lotes 01 e 02, em Palmas - TO, e excepcionalmente em outros locais, por ocasião de apresentações externas.
- g) As apresentações realizar-se-ão em datas a serem definidas pelo Tribunal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

3.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Promover a regência do coral;

- b) Empreender o desenvolvimento de técnica vocal;
- c) Escrever arranjos;
- d) Disponibilizar partituras, cifras e letras para todos os alunos participantes do Coral do TRE/TO;
- e) Fazer o acompanhamento e a regência das apresentações internas e externas do coral, apresentando-se pontualmente ao compromisso e sóbrio em seu procedimento;
- f) Informar ao TRE/TO os ensaios que porventura não forem realizados, com antecedência mínima de 24h, para que as referidas possam ser remarcadas sem prejuízo do bom aprendizado dos integrantes;
- g) Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salários e encargos, nos prazos da lei;
- h) Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços;
- i) Manter durante a vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal;
- j) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao contrato corrente;
- k) Realizar os trabalhos objeto deste contrato em rigorosa observância às prescrições e normas técnicas e legais aplicáveis, assumindo, desde já, a responsabilidade total e exclusiva pela perfeição técnica dos mesmos, comprometendo-se, conseqüentemente, a efetuar, por sua conta exclusiva, as correções e retificações que forem consideradas necessárias, para atendimento das normas técnicas e das recomendações específicas que lhe forem previamente transmitidas;
- l) Efetuar todos os pagamentos de impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origem Federal, Estadual ou Municipal, bem como das contribuições sociais incidentes;
- m) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste contrato;
- n) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução objeto deste contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- o) Assumir quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do objeto deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- p) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

- q) Executar diretamente este contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- r) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- s) Fornecer o objeto contratual com a qualidade, quantidade e pontualidade exigidas pela CONTRATANTE e em consonância com as orientações efetuadas pelo gestor do contrato;
- t) Responder perante a CONTRATANTE e terceiros, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, ou por erro seu em qualquer prestação de serviços objeto do contrato;
- u) Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais motivos de força maior que impeçam a prestação de serviços objeto do contrato;
- v) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- w) Evitar discussão com colega, em público;
- x) Dirigir-se ao público de modo conveniente e atencioso;
- y) Tratar as autoridades e os funcionários de repartições públicas com respeito e discrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Comunicar ao(à) CONTRATADO(A) quaisquer ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- b) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) CONTRATADO(A);
- c) Efetuar os pagamentos devidos ao(à) CONTRATADO(A), nos prazos indicados neste instrumento;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, ao(à) CONTRATADO(A) sobre irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento;
- e) Notificar o(a) CONTRATADA, por escrito, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) Acompanhar e fiscalizar o contrato e a execução dos serviços contratados por meio do gestor do contrato;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) CONTRATADO(A);
- h) Permitir o acesso de funcionários do(a) CONTRATADO(A) nas dependências do CONTRATANTE, para a entrega das notas fiscais/faturas;
- i) Comunicar, oficialmente, ao(à) CONTRATADO(A) sobre quaisquer falhas ocorridas consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria de Assistência Médica e Social do CONTRATANTE, ou por servidor devidamente designado para esse fim, com autoridade para exercer, como representante da Administração do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, como também o recebimento definitivo pela execução dos serviços efetivamente prestados para posterior atesto da nota fiscal.

5.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

5.3. A atestação de conformidade na execução dos serviços cabe ao titular do Setor responsável pela fiscalização do Contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

5.4. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

- a) Encaminhar a Coordenadoria Financeira do CONTRATANTE documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas ao (à) CONTRATADO(A).
- b) Solicitar ao(à) CONTRATADO(A) e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- c) Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.
- d) Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- e) Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.

5.5 A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera o(a) CONTRATADO(A) de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o valor por hora/aula de R\$ _____ (_____).

6.2 Tendo em vista a estimativa da carga horária anual de 146 horas/aulas, para os devidos fins legais, atribui-se a este Contrato o valor estimado de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. O preço contratado poderá ser reajustado, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pelo(a) CONTRATADO(A), tendo como limite máximo a variação do IPC/FIPE ocorrida nos últimos doze meses, contados da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

7.2 A alegação de esquecimento do(a) CONTRATADO(A) quanto ao direito de propor o reajuste não será aceita como justificativa para pedido de efeito retroativo à data que legalmente faria jus, se não a requerer dentro do segundo mês de aniversário da proposta, responsabilizando-se o(a) CONTRATADO(A) pela própria inércia.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos ao(à) Contratado(a) serão efetuados mensalmente, por meio de ordem bancária, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação das notas fiscais/faturas devidamente atestada pela gestão do contrato, observando-se ainda o seguinte:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal
- b) Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em cumprimento do disposto no art. 3º da Lei nº. 12.440, de 7 de julho de 2011.
- c) apresentação, pelo Contratado(a), do Relatório de Atividades realizadas no período, espelhando o quantitativo efetivo de horas aulas;
- d) O valor mensal devido corresponderá ao quantitativo efetivo de horas aulas realizadas.

8.2 A atestação de execução dos serviços dar-se-á, após a comprovação de que o objeto do Contrato foi executado de acordo com as condições e especificações estabelecidas, respeitando-se os padrões de qualidade pactuados.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.4 O TRE/TO reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

8.5 Do pagamento será retido o valor relativo à seguridade social nos termos da legislação pertinente à matéria, devendo ser informado pelo(a) Contratado(a) o

número do PIS/PASEP e NIT (Número de Inscrição do Trabalhador - cadastro no Regime Geral de Previdência Social - INSS).

8.6 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo(a) CONTRATADO(A), nos termos deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Dotação 02.122.0570.20GP.0017 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral TO, Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.36.28 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Seleção e Treinamentos e 3.3.3.9.1.47.18 – Obrigações Tributárias e Contributivas – Operações Intra-orçamentárias – Obrigações Previdenciárias – Serviços de Terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (previsto) do presente Contrato, de acordo com o art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão Presencial, o TRE/TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções fixadas a seguir, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor total da prestação de serviço, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento);
- c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total da prestação de serviço, no caso de recusa em prestar os serviços;
- d) Multa de 5% (cinco por cento) do valor total da prestação de serviço, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada.
- e) impedimento de contratar com a União, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002

12.2 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo TRE/TO, o(a) CONTRATADO(A) ficará isento(a) das penalidades mencionadas.

12.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

12.4 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

13.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.3.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS AUTORAIS DE IMAGEM E VINCULAÇÃO TRABALHISTA

14.1. Os resultados advindos dos trabalhos do(a) CONTRATADO(A) que possam gerar direitos do autor pertencerão ao CONTRATANTE em caráter permanente.

14.2. O(A) CONTRATADO(A), a partir da assinatura deste Contrato, autoriza o CONTRATANTE a utilizar fotos, filmes, imagens por ela obtidas, bem como as obtidas por terceiros onde estejam fixadas a imagem do(a) CONTRATADO(A), com a finalidade de divulgação por qualquer tipo de mídia, das atividades institucionais do CONTRATANTE.

